

**AVERIGUAÇÃO DOS CONCEITOS-CHAVE PRESENTES NAS OBRAS DE  
KARL MARX: resenha sobre o livro de Jorge Grespan: Marx: uma introdução**

***INVESTIGATION OF THE KEY CONCEPTS IN THE WORKS OF KARL MARX: a  
review of Jorge Grespan's book: Marx: an introduction***

Francisco Lacerda \*

GRESPAN, Jorge. **Marx: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2021. 104 p.

Karl Marx (1818 - 1883) é o fundador, juntamente com Friedrich Engels (1820 – 1895), do socialismo científico, que rompeu com a ótica idealista dos pensadores socialistas utópicos. Sob essa perspectiva, sua produção teórica buscou ressaltar as contradições inerentes às conjunturas do sistema capitalista, oferecendo não apenas um diagnóstico das estruturas de dominação, mas o arcabouço metodológico para a sua superação. Tais reflexões exercem profunda influência no desenvolvimento de um olhar crítico sobre o capital, consolidando-se como pilares para a difusão dos ideários comunistas. Em virtude do caráter radical do pensamento crítico de Karl Marx à ótica do capital e seu ativismo político, enfrentou a perseguição e o exílio. Contudo, não abandonou a elaboração teórica e o compromisso com a transformação social, dedicando sua vida a averiguar os mecanismos e a historicidade do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, o pensamento marxiano configura-se como uma base interpretativa essencial para a compreensão da dinâmica do poder nas sociedades capitalistas. Contudo, torna-se imprescindível ressaltar que circunscrever sua obra apenas a uma função interpretativa iria de encontro com o próprio cerne do pensamento marxiano, que pressupõe a indissociabilidade entre a teoria e a transformação social. Na perspectiva de Karl Marx, a compreensão rigorosa da realidade não é um fim em si mesma, mas a ferramenta necessária para a ação política consciente. Por conseguinte, a assimilação de seus conceitos centrais representa o início metodológico para superar uma leitura imediata dos fenômenos sociais, ou seja, uma percepção que aceita as estruturas sociais como naturais ou imutáveis, e acessar as análises teóricas de maior complexidade, como

---

\* Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. E-mail: franciscolacerdac@gmail.com.



as teorias da formação do valor, do fetichismo da mercadoria e da luta de classes, que revelam o caráter transitório e passível de transformação do sistema vigente.

Na obra *Marx: uma introdução*, publicada em 2021 pela editora Boitempo, o autor Jorge Grespan, professor doutor pela Universidade de São Paulo, membro do corpo editorial da Revista do Instituto de Estudos Brasileiros e membro do corpo editorial da *Beiträge zur Marx-Engels Forschung Neue Folge*, oferece uma sistematização didática do pensamento marxiano. Estruturada em seis capítulos, a obra não se limita a uma simples listagem de conceitos, uma vez que ela abrange o núcleo teórico de Karl Marx a partir de um processo analítico materialista e histórico. Dessa forma, Jorge Grespan organiza e expõe, progressivamente, eixos centrais como a alienação, o capital, o fetichismo, as crises econômicas e os aspectos históricos e revolucionários, ressaltando como tais fatores articulam-se na crítica à economia política. O resultado é uma introdução precisa e sistemática ao universo conceitual marxiano, que serve tanto de síntese para os iniciantes nos estudos em tal área quanto de ferramenta analítica para a compreensão das obras de Karl Marx.

No tópico *Alienação*, enfatiza-se a percepção de Karl Marx sobre as contradições existentes no âmbito jurídico que fomentaram, por meios legais, a concentração da propriedade privada dos meios de produção e o distanciamento do proletariado do produto final desenvolvido por este. A crítica de Karl Marx à perspectiva hegeliana fundamenta-se na inversão materialista da dialética, rompendo com a concepção do Estado como a instância mediadora universal. Enquanto Friedrich Hegel (1770 – 1831) compreende o Estado como uma “autoridade reguladora” capaz de mitigar as desigualdades sociais, Karl Marx demonstra, a partir das condições materiais de existência, que esta instituição é a própria expressão política das relações de conflito. Sob essa ótica, o Estado não atua de modo “neutro”, mas como um espaço ocupado pelas elites, cuja mediação tende a intensificar os privilégios dos detentores dos meios de produção. Tal ideia do filósofo alemão ocorreu a partir da averiguação dos “problemas materiais” durante os seus serviços prestados como editor na Gazeta Renana:

[...] como o do chamado “furto” de madeira por camponeses da região do rio Mosela: florestas que desde a Idade Média eram comunais passaram a ser incluídas nas novas propriedades privadas demarcadas no começo do séc. XIX; e a livre coleta de lenha, antes considerada um direito feudal dos camponeses,



era agora qualificada de “furto” e punida pela lei burguesia. (Grespan, 2021, p. 18-19)

Diante desse cenário, destaca-se a contradição existente no âmbito do direito, enfatizando que a única forma de romper com este meio de dominação e de igualar verdadeiramente a situação dos indivíduos é por meio de “uma transformação completa da forma de propriedade dos meios de produção” (Grespan, 2021, p. 19).

A consolidação do controle sobre os meios de produção pela burguesia, por volta dos séculos XV e XVII, forçou o proletariado à venda de seu único recurso subsistente, a força de trabalho. Este fenômeno de ruptura entre o trabalhador e as condições materiais de produção é identificado por Karl Marx como a “acumulação original” do capital (Grespan, 2021, p. 22). Tal fenômeno representa tanto uma transição econômica quanto uma cisão estrutural, pois instaura a separação definitiva entre o produtor e o objeto de sua atividade. Nesse sentido, a alienação se materializa no fato de que o indivíduo deixa de se reconhecer no produto de seu esforço, passando a ter acesso a este somente na forma mediada, na condição de consumidor que adquire a mercadoria no mercado (Grespan, 2021, p. 25-26).

No capítulo *Mercadoria e capital*, ressalta-se a definição de mercadoria e suas implicações no mercado, bem como as consequências desse processo na obtenção do que Karl Marx denomina “excedente de valor” ou “mais-valor”. Ressalta-se que a mercadoria, embora existente em sociedades pré-capitalistas, assume centralidade no modo de produção atual como forma predominante de riqueza. O autor destaca que o valor de uma mercadoria é materializado a partir do trabalho humano abstrato, independentemente do momento histórico aplicado. Porém, no âmbito do sistema capitalista, o desenvolvimento de mercadorias está intrinsecamente relacionado à transformação da própria força de trabalho em mercadoria. Ademais, o dinheiro é considerado uma “mercadoria especial”, visto que esse produto se torna um meio equivalente de troca para outra mercadoria. No sistema capitalista, o dinheiro é a ferramenta de barganha para a própria força de trabalho modificada em produtos, apresentando essa dupla caracterização. Como o proletariado apresenta apenas a sua força de trabalho para venda, esta “mercadoria especial” configura-se no pagamento, ou seja, no salário do serviço prestado pela classe trabalhadora. Logo, o indivíduo vende a sua força de trabalho, recebe uma parcela do



dinheiro capitalizado com as vendas dos produtos desenvolvidos para comprar as mercadorias dispostas no mercado e, assim, sobreviver e permanecer no ciclo do trabalho da conjuntura capitalista.

Além disso, a base desse sistema reside na apropriação do lucro pela burguesia. Com o processo da alienação da produção, o valor da mercadoria torna-se mais elevado que a força de trabalho, conseqüentemente, ocorre o “mais-valor”. Esse excedente produzido concentra-se nas mãos daqueles que detêm a propriedade privada. Essa relação estrutural, em que, de um lado, a burguesia detém o controle dos meios de produção e se apropria do mais-valor, e, de outro, resta ao proletariado apenas o salário, é o componente central do capitalismo. Para romper com esta exploração, não basta apenas “uma simples reforma moral dos indivíduos [...], é preciso modificar o sistema de maneira radical” (Grespan, 2021, p. 39). A sistematização proposta por Jorge Grespan revela que o “mais-valor” e a circulação mercantil são expressões de uma tensão social profunda e inerente ao capital. Ao caracterizar o dinheiro como “mercadoria especial” que medeia o salário, o autor evidencia como o sistema “mascara” a natureza da exploração, o que aparenta ser uma troca equivalente é, em última análise, a captura da subjetividade e do tempo de vida do proletariado. Portanto, a análise afasta-se de uma leitura puramente técnica para problematizar o capitalismo como uma estrutura que se reproduz mediante a alienação sistêmica, na qual a própria ferramenta de sobrevivência do trabalhador, o salário, torna-se o mecanismo que o subordina de maneira radical às crises e aos imperativos do lucro burguês.

Nos tópicos *Fetichismo, para além da mercadoria e Ideias e representações*, enfatiza-se que ocorre a naturalização das estruturas de poder do capitalismo, negligenciando o processo histórico deste sistema de dominação. Nesse sentido, “as relações sociais não se apresentam como vínculo entre pessoas, e sim como vínculo entre coisas” (Grespan, 2021, p. 44-45). Esse sistema impõe os seus mecanismos de controle como meios naturais na sociedade, proporcionando, assim, a normatização dos fatores históricos e materiais dos processos de opressão de acordo com cada era histórica. Essa inversão, em que o objeto assume o protagonismo das relações sociais em detrimento do sujeito, constitui o cerne da eficácia ideológica do capital. Ao obscurecer a origem humana da riqueza, o fetichismo da mercadoria impede que as estruturas de desigualdade



sejam compreendidas como construções históricas e, portanto, passíveis de transformação. Sob a perspectivas de debates contemporâneos, essa naturalização se radicaliza na era do consumo digital e da financeirização, onde a objetificação da vida cotidiana disfarça as novas formas de exploração sob o “manto da neutralidade tecnológica”. Assim, a análise de Jorge Grespan alerta para o fato de que a superação da opressão exige, primeiramente, o desvelamento desses mecanismos que convertem processos sociais dinâmicos em realidades aparentemente estáticas e imutáveis.

Vale ressaltar que a partir do processo de definição do conceito de fetichismo, Karl Marx retoma o desenvolvimento da relação entre “produção de ideias” e “produção da vida social” (Grespan, 2021, p. 55). Embora a consciência esteja intrinsecamente relacionada à atividade material, em que se desenvolvem mutuamente a partir de convergências e divergências, e à produção da vida, “as ideias só se separam quando passam a ser formuladas por uma classe social que não exerce trabalho direto [...], a consciência dessa classe pretende, então, ser ‘diferente da práxis existente’ e elabora teorias ‘puras’, quer dizer, emancipadas do mundo da ação imediata” (Grespan, 2021, p. 56). Nesse sentido, é implementado um “novo” conceito de realidade que realiza a cisão do mundo da práxis, fazendo com que as representações intelectuais passem a ser percebidas como instâncias autônomas e soberanas sobre a vida material. Essa inversão é o fundamento da ideologia; ao se desvincularem de sua base concreta, as ideias da classe dominante perdem sua marca de origem e passam a ser apresentadas como verdades universais. Por conseguinte, a classe que detém o controle dos meios de produção assume também a gestão dos meios de produção espiritual, assegurando que sua visão de mundo seja assimilada como a única racionalidade possível. Portanto, a discussão proposta por Jorge Grespan revela que o pensamento de Karl Marx não se limita a um determinismo econômico, mas compreende a produção intelectual como uma dimensão constitutiva e ativa da própria dominação de classe, essencial para a manutenção e legitimidade do sistema capitalista.

Evidencia-se também, no capítulo *Crises econômicas*, que esses eventos são fenômenos inerentes ao capitalismo. Tais fatores ocorrerão independentemente de elementos externos, sendo que estes casos, como “uma epidemia ou um desastre ambiental, por exemplo, são situações que somente agravam uma crise já em curso e são



produzidas pela relação predatória do capitalismo com a natureza” (Grespan, 2021, p. 65). As crises do capitalismo ocorrem devido à oposição entre o capital e o trabalho assalariado. Quando o capital obtém a força de trabalho, este tem a capacidade de averiguar o valor das suas etapas de produção, visto que é o trabalho que atribui valor às mercadorias. A partir do momento em que o capital substitui a força de trabalho por máquinas e ferramentas técnicas, perde a capacidade de valorização. Portanto, tenta encontrar novos subterfúgios para solucionar tal contradição, desenvolvendo seus próprios meios de valorização, as taxas de lucro e as taxas de juros. Contudo, como esses mecanismos vão de encontro da verdadeira valorização das etapas de produção, a taxa de “mais-valor”, ocorre o fenômeno que Karl Marx denomina de “desmedida”, ou seja, a desvalorização do próprio capital.

Karl Marx evidencia que essa crise estrutural do capitalismo se manifesta, primordialmente, na desmedida existente entre as esferas da venda e da compra, ou da produção e do consumo. Esse momento rompe com a argumentação dos economistas liberais de “equilíbrio de mercado”. Estes conceitos são interdependentes e, por isso, a sobreposição de um ao outro pode proporcionar um desequilíbrio sistêmico. Essa correlação, como afirma o autor, ressalta “[...] a impossibilidade de que as fases opostas do processo se autonomizem completamente; elas podem se autonomizar até certo ponto, mas, além dele, o processo é ameaçado” (Grespan, 2021, p. 69).

Esse estado de desmedida desdobra-se em um segundo momento, a crise de circulação do capital. Nesta concepção, a ênfase recai sobre o processo de comprar para vender. Trata-se da aquisição de matérias-primas, insumos, mão de obra para a posterior venda de mercadorias com a aplicação do “mais-valor” sobre esses produtos. Jorge Grespan exemplifica nitidamente alguns casos que podem proporcionar essa crise a partir da oposição entre venda e compra:

[...] ocorrerá uma mudança no valor da força de trabalho adquirida pelo capital que altere o cálculo do mais-valor, ou se as matérias-primas e os instrumentos de trabalho que um setor capitalista compra de outro setor não tenham sido produzidos na quantidade correta para garantir a continuidade da produção em geral (Grespan, 2021, p. 70).

Compreende-se que a crise de circulação do capital não se limita a um erro de cálculo logístico, mas revela a desarticulação intrínseca à produção capitalista. Ao



pontuar a dependência entre diferentes setores e a flutuação no valor da força de trabalho, Jorge Grespan demonstra que o capital opera sob uma coordenação frágil, na qual a busca individual pelo “mais-valor”, frequentemente, colide com a necessidade coletiva de continuidade do ciclo produtivo. A partir desta ótica, a crise emerge como o momento em que essa desproporcionalidade entre os setores se torna insustentável, evidenciando que a eficiência técnica das unidades produtivas isoladas não garante estabilidade do sistema em sua totalidade. Assim, o que o senso comum poderia interpretar como um problema de “oferta e demanda”, a análise marxiana revela como uma barreira interna do capital, a incapacidade de equilibrar a produção social com a apropriação privada do lucro.

Dando continuidade à lógica das contradições inerentes, a crise destaca-se em um terceiro momento por meio da criação de seus próprios mecanismos de valorização, especificamente, a taxa de lucro. Após a substituição da mão de obra por máquinas e equipamentos sofisticados, o capitalista passa a considerar que os meios de produção criam valor e, por conseguinte, devem ser considerados como um custo que precisa ser contabilizado juntamente com os gastos relacionados à força de trabalho. Consequentemente, a burguesia define a taxa de lucro como sendo o recurso que melhor “calcula a valorização” (Grespan, 2021, p. 71), visto que leva em consideração todos os gastos nas etapas de produção. Porém, mesmo que os donos dos meios de produção intensifiquem a exploração sobre os proletários para ampliar a concentração do “excedente de valor”, a taxa de lucro tende a cair gradativamente. Isso ocorre devido à ampliação dos gastos com as novas máquinas adquiridas, sendo este processo denominado “sobrevalorização do capital”. Jorge Grespan destaca tal ótica na seguinte passagem:

Por mais que os capitalistas tentem resolver o impasse reduzindo seus custos, eles tendem a reduzir custos seja pela demissão de trabalhadores e corte de salários, seja pela diminuição dos salários e encargos trabalhistas dos ainda empregados. Em ambos os casos, as condições que levam à queda da taxa de lucro se reproduzem. Forma-se um círculo vicioso cujo resultado é desestimular novos investimentos e desvalorizar o capital existente no que diz respeito tanto aos meios de produção quanto à mão de obra, com demissão em massa. (Grespan, 2021, p. 72)

Essa tensão, por fim, atinge seu estágio mais avançado e extremo no âmbito do setor financeiro, a partir da taxa de juros. Os bancos são grandes concentradores de capital



na forma de “mercadoria especial”: o dinheiro, e aplicam empréstimos para outras empresas do setor produtivo, fomentando a rotatividade e o acúmulo do capital. Para realizar tal serviço, estas instituições aplicam certa porcentagem em cima do lucro das empresas, o que é definido como “juros”. Desta forma, os bancos são, como afirma Jorge Grespan (2021), a representação máxima do sistema capitalista, visto que este garante o controle sobre o processo de produtividade futura. Karl Marx atribui a esta dinâmica o ápice do fetichismo, porque possibilita ao sistema capitalista financeiro de proporcionar a valorização de um produto sem mesmo produzir uma mercadoria. Por conta desse fator, as taxas de juros dependem diretamente do “mais-valor” obtido a partir da exploração do proletariado nas empresas do setor produtivo e, portanto, tal taxa está intrinsecamente relacionada à taxa de lucro dessas instituições. Contudo, por conta das dinâmicas contraditórias das empresas dos setores produtivos, as taxas de lucro caem e, conseqüentemente, para os bancos não sofrerem perdas em seus lucros, aumentam as taxas de juros. Como esses dois processos de mensuração do capital seguem caminhos opostos, ocorre a crise nessa correlação.

No que diz respeito ao tópico sobre o processo histórico e revolução, Jorge Grespan ressalta a ênfase de Karl Marx em relação às lutas de classe ao longo da história e a necessidade de romper com tal processo exploratório. Karl Marx identificava que existiam duas classes sociais básicas: “aquela que se apropria dos principais meios de produção e aquela que é despojada da propriedade desses meios pela primeira.” (Grespan, 2021, p. 78). A principal força motriz da vida social, em geral, reside na luta de classes, sendo o Estado um dos mecanismos essenciais para garantir os interesses da classe dominante. As mudanças necessárias para romper com o sistema capitalista são a redistribuição total dos meios de produção e a alteração nos modos de produção/“forças produtivas”, ou seja, mudanças nos métodos e nas organizações do trabalho. A partir desse processo, ocorre o contraponto ao capitalismo, a sociedade comunista. Nesta não há divisão do trabalho e, conseqüentemente, sucede o rompimento da dominação de uma classe sobre a outra. Jorge Grespan destaca precisamente essa percepção nas análises de Karl Marx no seguinte trecho:

[...] as pessoas podem se relacionar como indivíduos de fato autônomos, e não mais determinados pela classe a que pertencem; elas são qualificadas pelo conjunto de sua personalidade e não pela profissão que exercem; elas



estabelecem relações a partir de sua vontade e decidem em conjunto com as demais seus interesses recíprocos, sem a mediação de instituições políticas como o Estado. As classes sociais desaparecem com a socialização da propriedade dos meios de produção, e todas as formas de opressão de classe perdem sua razão de ser. (Grespan, 2021, p. 85)

Deste modo, a sociedade comunista não deve ser compreendida como um modelo externo ou um contraponto abstrato ao capitalismo, mas como a sua possibilidade concreta e latente. De acordo com a averiguação de Jorge Grespan, o comunismo constitui-se como o anverso das crises que, embora se manifestem em distintos momentos, fazem parte de uma unidade de colapso inerente ao modo de produção atual. O sistema capitalista atinge seus limites e revela a necessidade de uma organização social distinta. Logo, a superação do capital não é uma projeção utópica de futuro, mas sim a “crítica efetiva e de superação real do sistema capitalista” (Grespan, 2021, p. 86), denominada “práxis”.

Portanto, Jorge Grespan não apenas descreve conceitos, mas assume e reconstitui com fidelidade a própria lógica interna do pensamento de Karl Marx. Essa escolha metodológica, ao priorizar a coerência e o desenvolvimento dos argumentos originais, proporciona ao texto sua notável precisão didática. Deste modo, a obra consegue oferecer um processo introdutório sistemático e coeso que cumpre nitidamente com seu objetivo, fomentar um acesso estruturado e rigoroso sobre a ótica marxiana. Em última análise, a obra de Jorge Grespan consolida-se como um instrumento fundamental de iniciação teórica, pois entrega ao leitor ferramentas conceituais sólidas e sistematizadas. Tais categorias de análise não apenas elucidam os textos originais, mas também capacitam o leitor a desenvolver seus próprios pensamentos críticos a respeito da realidade contemporânea.

## Referências

GRESPLAN, Jorge. **Marx**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2021.

Recebido em: 27/08/2025.

Aceito em: 06/03/2026.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.